Bolsa Família, Cadastro Único e SUAS: como o Estado chega a quem precisa

Videocast "Tá na Mesa" (MDS) — episódio 3 da série de seis episódios — https://www.youtube.com/watch?v=g0UixKOylno

Apresentação: Érica Braz e Isadora Santos. Convidados: Rafael Osório (secretário de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único do MDS) e Jefinho, conhecido nas redes como "Dr. Jefinho" (advogado e criador de conteúdo digital de Garanhuns, PE, com canal no YouTube sobre Bolsa Família, Cadastro Único e políticas sociais). Participação em vídeo: equipe e usuários do CRAS Indígena da aldeia Bororó, na Reserva Indígena de Dourados (MS).

1. Transcrição integral editada

Falas completas, na ordem cronológica, com ajustes de redação para facilitar a leitura (retirada de marcas da oralidade, repetições e hesitações). Nomes e siglas grafados incorretamente pela transcrição automática foram corrigidos (CRAS, CadÚnico, MDS, Disque Social 121, Garanhuns, Kwai etc.). A transcrição não identifica quem fala em cada momento; a atribuição entre Érica Braz e Isadora Santos foi inferida pelo contexto, e as pessoas que aparecem nos vídeos gravados na aldeia não são nomeadas. Trechos duvidosos estão entre colchetes.

Vinheta de abertura

Jefinho: Quem começa a trabalhar com carteira assinada perde o Bolsa Família imediatamente? Essa é uma dúvida tremenda.

Rafael Osório: Mito! O maior de todos. Não perde o Bolsa Família imediatamente; isso não acontece. Só vai acontecer se a pessoa tiver conseguido um emprego muito bom — tomara que consiga. Aí eu fico até feliz de a pessoa sair do Bolsa Família.

Apresentação do episódio e dos convidados

Érica Braz: *Tá na Mesa*, o videocast que aborda a saída do Brasil do Mapa da Fome e a história por trás dessa conquista. Eu sou Érica Braz e, ao meu lado, a Isadora Santos. Tudo bem, Isa?

Isadora Santos: Oi, Érica, e oi a quem está nos assistindo.

Érica Braz: Hoje o *Tá na Mesa* traz uma pergunta que muita gente já se fez: como o poder público identifica as famílias que precisam de apoio e como faz para que as políticas públicas cheguem até elas. Neste terceiro episódio, vamos entender como esse caminho funciona e como o Cadastro Único ajuda a identificar quem precisa e facilita o acesso das famílias às políticas sociais, inclusive as de combate à fome.

Isadora Santos: Isso mesmo. E, para este terceiro episódio, trazemos duas pessoas que conhecem bem o tema, mas a partir de perspectivas diferentes. O primeiro convidado é o secretário Rafael Osório, secretário de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único do MDS — convidado da casa. E trouxemos também o Jefinho, advogado e criador de conteúdo digital, dono do canal do Jefinho no

YouTube — quem nos assiste deve conhecê-lo —, que produz conteúdo sobre Bolsa Família, Cadastro Único e outras políticas sociais. Muito bem-vindos os dois ao nosso videocast.

Rafael Osório: Obrigado, Érica, Isa.

Érica Braz: E você, Jefinho, de onde é?

Jefinho: Sou de Garanhuns, Pernambuco, a cidade do presidente Lula.

Érica Braz: Uma delícia; adoro o seu estado.

Jefinho: O clima é excelente, viu? O pessoal pensa que é quente, mas não é, não: faz frio, dá 10, 11 graus; é muito bom lá. É um prazer enorme estar aqui com vocês e com o secretário.

Érica Braz: E veio a Brasília especialmente para a nossa gravação.

Jefinho: Para levar conteúdo para a galera que precisa.

Cadastro Único e busca ativa: como encontrar quem passa fome

Érica Braz: Muito obrigada mais uma vez pela presença de vocês. Hoje falamos de um assunto que já é temático aqui para os nossos espectadores: a saída do Brasil do Mapa da Fome, que aconteceu pela última vez em 2025, resultado construído por diferentes políticas públicas e por uma rede que funciona da maneira mais capilarizada possível. Mas, antes de um benefício chegar a uma família, é preciso identificar quem realmente precisa, onde essas pessoas vivem, de onde vieram. Essa busca tem nome: busca ativa. E usamos também um instrumento importantíssimo, que o secretário Rafael vai explicar melhor do que eu: o Cadastro Único. É justamente por isso que quero começar, secretário. Para sairmos do Mapa da Fome, primeiro foi preciso encontrar quem passava fome no Brasil. Quando este governo começou, em 2023, não era tão difícil, porque eram 33 milhões de pessoas. Mas fomos conquistando, isso foi afunilando, e acredito que agora está até mais difícil, porque temos menos gente passando fome. Fale para nós, secretário, sobre a importância do Cadastro Único e da busca ativa para termos saído do Mapa da Fome.

Rafael Osório: O Cadastro Único está fazendo 25 anos neste ano — 25 anos nesse esforço de conhecer a população para incluir nas políticas as pessoas que mais precisam. E ele virou um exemplo para o mundo nesses 25 anos. Vários países vêm ao Brasil perguntar como fazemos o Cadastro Único. Amanhã mesmo vou à Dataprev — a empresa de tecnologia do governo federal que hoje hospeda o Cadastro Único — receber uma missão de vários países da América [Latina] e da África: vem gente do norte da África, do Egito, do Marrocos. Todos vão à Dataprev conhecer o Cadastro Único e, à tarde, vão ao ministério conhecer os outros programas.

E o que o Cadastro Único faz? Ele coleta informações sobre as pessoas. É mais ou menos como um censo, uma pesquisa, mas está na rua todo dia. Todo dia fazemos milhares de inscrições e atualizações cadastrais: recebemos as pessoas nos postos de atendimento, as entrevistamos, juntamos suas informações, e tudo isso vai para uma grande base de dados do governo federal. Essas informações são usadas para orientar as políticas públicas — para fazer isso de que vocês estavam falando: saber quem, em cada momento, mais precisa do apoio que os governos podem dar.

Não só o governo federal, porque o Cadastro Único não é só do governo federal: ele faz parte do Sistema Único de Assistência Social e é feito também pelos estados e, principalmente, pelos municípios.

Os municípios têm um papel enorme no Cadastro Único, e é trabalhando juntos — governos federal, estaduais e municipais — que conseguimos reunir todas essas informações, que repassamos hoje para mais de 140 processos de gestão de políticas públicas no governo federal, para que eles possam qualificar esses processos e garantir que as políticas cheguem a quem mais precisa.

Érica Braz: E, quando o senhor fala "a gente", o senhor tem um número? Porque são muitos agentes de cadastro, não é?

Rafael Osório: São muitos: mais de 40 mil pessoas trabalhando no Brasil inteiro para fazer essas entrevistas, em milhares de postos de atendimento. É uma operação que está no país inteiro, a todo momento, inclusive nos lugares mais distantes e de mais difícil acesso. O Cadastro Único é uma daquelas coisas: você pode ir ao município mais remoto do Brasil, e lá vai ter um Centro de Referência de Assistência Social, vai ter um posto de atendimento do Cadastro Único, e o cidadão pode ser atendido.

Érica Braz: E será que ele está nas aldeias? Nas aldeias indígenas também?

Rafael Osório: Fazemos todo um trabalho no Cadastro Único para isso. É um público muito difícil: algumas terras indígenas ficam em locais muito remotos, às vezes muito distantes da sede dos municípios. Mas fazemos um trabalho que chamamos de cadastramento diferenciado, em que buscamos atender determinados grupos nas suas especificidades. Por exemplo, se vamos fazer uma entrevista numa terra indígena, o ideal é estarmos acompanhados de alguém que fale a língua; há várias questões envolvidas. E não são só os indígenas: há também os quilombolas e muitos outros povos e comunidades tradicionais. O Brasil tem um Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, e trabalhamos com esse conselho para ampliar as designações, as identidades desses povos e comunidades no Cadastro Único. No fim deste ano, vamos ampliar isso para quase 30 grupos diferentes reconhecidos no Brasil inteiro. Fazemos um esforço muito grande para atender não só a população em geral, mas esses grupos, como os indígenas, que têm necessidades muito específicas.

O CRAS Indígena da aldeia Bororó (vídeo)

Érica Braz: Isa, este videocast tem prova de que o Cadastro Único chega às aldeias?

Isadora Santos: Temos prova, e vou mostrar para vocês. Então, galerinha — e você que está nos assistindo também —, vamos juntos até a aldeia Bororó, em Dourados, Mato Grosso do Sul. Lá há um Centro de Referência de Assistência Social, o CRAS, que atende a população indígena. Vamos entender um pouco como os serviços da assistência social chegam às famílias. O vídeo é para mostrar como as políticas públicas chegam ao território e como fazem a diferença. Vamos assistir?

Érica Braz: Vamos lá!

Técnica do CRAS Indígena (vídeo): Este é o CRAS Indígena da Bororó, o primeiro CRAS indígena do país, inaugurado em 2007. A Reserva Indígena de Dourados tem uma população de aproximadamente 25 mil habitantes. O CRAS Indígena atende essa população — as aldeias Jaguapiru e Bororó — e também as populações das retomadas que existem no entorno do território.

Usuária do CRAS (vídeo): Vim fazer meu Cadastro Único, do Bolsa Família, para ter uma renda para ir cobrindo os gastos durante o mês. Tenho uma filha de um ano e nove meses. Usamos o Bolsa Família

mais com a criança do que com a gente; depois que viramos mães, a prioridade é a criança. O Bolsa Família ajuda muito.

Técnica do CRAS Indígena (vídeo): O Cadastro Único é a porta de entrada de quase todas as demandas que surgem na aldeia. Atendemos, por exemplo, um casal que solicitou um benefício eventual, cobertores, e seguimos o Cadastro Único: havia quatro pessoas cadastradas, e fizemos a concessão de quatro cobertores.

Jovem usuária do CRAS (vídeo): Vim hoje ao CRAS para fazer um novo cadastro, porque estou tentando sair do cadastro da minha mãe no CadÚnico. [Trecho pouco claro na transcrição.] É um ciclo, não é?

Agricultor(a) do PAA (vídeo): Eu trabalho no PAA aqui na aldeia. O PAA é um programa do governo federal de aquisição de alimentos: o pequeno agricultor produz, o governo federal compra e redistribui esse alimento no local. São alimentos orgânicos, de alta qualidade, oferecidos à população. Eu planto muitas coisas aqui na roça, na aldeia: batata, milho, mandioca, laranja-pera, abacaxi, laranja-lima, limão-taiti. É o que sempre produzo para entregar ao PAA.

Técnica do CRAS Indígena (vídeo): [Trecho pouco claro sobre o trabalho no território.] Às vezes, localizar uma família é um trabalho que demanda o CRAS o tempo todo.

Usuária idosa (vídeo): Quando o pessoal vem fazer visita, faz muito bem para mim. Isso também é importante. Agradeço muito mesmo.

Busca ativa e vigilância socioassistencial

Érica Braz: Secretário Rafael, mostramos o que o senhor falou: não basta a política pública existir, ela tem de chegar a quem precisa. Quero reforçar e pedir que o senhor fale sobre a busca ativa. Nesse caso, há o CRAS ali perto, dentro da comunidade indígena, em Dourados, Mato Grosso do Sul. Temos CRAS nas periferias, CRAS nos centros urbanos, mas às vezes também é preciso ir até as pessoas, até as famílias que precisam.

Rafael Osório: É isso mesmo. O que percebemos é que muitas vezes as pessoas não têm informação: não sabem o que podem conseguir, o que podem acessar. A busca ativa é muito importante; vem de muitos anos e nasce de uma percepção: quando estudamos outras fontes de dados, vemos que há uma parte da população que não está acessando esses serviços. Onde estão essas pessoas? Então fazemos a busca ativa.

Temos algo chamado vigilância socioassistencial, e o Cadastro Único é uma ferramenta disso. O que é? Olhamos para um conjunto de dados de uma área e vemos: esta área tem muita pobreza, muita vulnerabilidade; vamos trabalhar nela. Vamos sair do centro de assistência social e buscar essas pessoas no território. Vamos encontrá-las e trazê-las para o Cadastro Único, por meio de uma entrevista domiciliar ou levando-as ao posto de cadastramento, e esclarecê-las não só sobre o Cadastro Único, mas sobre tudo o que podem acessar a partir dele. Assim chegamos a pessoas que muitas vezes não estão sendo atendidas porque não sabem que têm o direito de ser atendidas.

Érica Braz: Agora a Isa vai concordar comigo: essas pessoas que não sabem, que não têm informação, Isa, provavelmente vão chamar o Jefinho.

Jefinho: Exatamente. O que o secretário falou é de extrema importância. O trabalho que o Ministério do Desenvolvimento Social vem fazendo com o Cadastro Único é importantíssimo para levar os benefícios a que as pessoas têm direito e que muitas vezes desconhecem. E essa criação da busca ativa foi fenomenal, porque vai de fato à ponta da lança. Há pessoas que têm medo de ir ao CRAS fazer uma entrevista, entregar um documento: "Não vou entrar, vão fazer alguma coisa comigo". A busca ativa traz esse esclarecimento. Não é só o Bolsa Família, não é só o absorvente a que as mulheres têm direito: há vários outros programas para os quais é preciso estar no Cadastro Único.

E, de fato, essa atualização geral do Cadastro Único que o governo federal vem fazendo está trazendo as pessoas que precisam dos benefícios. Tanto que muitas pessoas, lá no canal, reclamavam: "O governo cortou o benefício de fulano, de sicrano". Mas eu perguntava: essa pessoa tinha realmente direito de estar recebendo? Porque cansamos de ver esposas de policiais, vereadores, pessoas que não tinham direito recebendo o benefício no lugar de quem tinha. Essa atualização que o governo federal vem fazendo cruza os dados e verifica quem realmente tem direito. E vai até lá — como foi na aldeia indígena. Na cidade onde moro há uma área quilombola com um CRAS, e vejo de perto a atuação do CRAS fazendo esse trabalho bem-feito na vida das pessoas que realmente precisam. O governo está de parabéns por essa busca ativa, que de fato está levando o benefício a quem realmente precisa. E uma coisa importante: o CRAS não é um bicho de sete cabeças. Vá lá, porque você tem muitos direitos e não sabe.

Rafael Osório: É isso aí. E ir ao CRAS é muito importante, porque a assistência social trabalha com o princípio do acolhimento. O que isso quer dizer? Que, como o Jefinho está dizendo, você vai ser bem atendido: a pessoa vai te tratar bem, vai te ouvir, vai tentar entender qual é o seu problema, muito além do Cadastro Único. Há outras coisas no CRAS também: o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos — que tem um nome meio complicado, mas vá ao CRAS que você vai descobrir o que é.

Érica Braz: O nome é complicado, mas no fim é divertido.

Rafael Osório: Exato, é bacana; são coisas para ajudar a população. E o que o Jefinho falou é importante: estamos sempre melhorando o cadastro do ponto de vista da tecnologia. Há gente que perde o benefício? Há. Mas a pessoa não perde o benefício porque o governo é malvado, e sim porque vemos que ela não precisa mais. E aí, como se diz, a fila anda: precisamos ajudar outras pessoas. A pobreza, felizmente, não é para sempre. Há uma porção de estudos mostrando que a pessoa entra no Cadastro Único, recebe o Bolsa Família, os filhos vão para a escola, pegam o FIES, o Pé-de-Meia, vão para a universidade, e saem da pobreza. Aquela família saiu. Mas há outra que passou por alguma experiência que a fez entrar na pobreza de novo. Então precisamos fazer esse controle — não para fiscalizar ou prejudicar o cidadão, mas simplesmente para saber aquilo de que falávamos no início: quem precisa mais é quem tem de estar recebendo. A Constituição diz isso da assistência social: ela é para quem dela necessitar. Você não está mais necessitando? Siga em frente, libere a fila, que você vai abrir a vaga para outra família que também está precisando.

Jefinho: E, se vier a precisar novamente, será muito bem-vindo ou bem-vinda.

Rafael Osório: Por exemplo, no Bolsa Família: quando a pessoa supera a pobreza, depois de um tempo sai do programa; se voltar para a pobreza, pode ir ao CRAS e retornar. Vai ao CRAS e diz: "Olha, estávamos bem, a situação melhorou, mas piorou de novo, aconteceu tal coisa, e agora estamos na pobreza outra vez; precisamos do Bolsa Família de novo". O pessoal do CRAS, da gestão de benefícios,

vai reativar o Bolsa Família dessa família. Isso também é muito importante, Jefinho, porque às vezes vemos gente entrando na Justiça por algo que podia resolver no CRAS. A gente fica doente lá no MDS de ver: "Meu Deus do céu, este cidadão está há um ano na Justiça, e era só ter ido ao CRAS que teríamos resolvido". Por isso precisamos de gente que oriente bem e não divulgue informação falsa. Nós temos o Jefinho, mas há muita gente por aí que [espalha] mito, que não fala a verdade sobre o cadastro. Precisamos da verdade sobre o cadastro.

Jefinho: Está certo: a verdade liberta.

Como as pessoas percebem a busca ativa

Isadora Santos: Exatamente. Algo na sua fala me chamou bastante atenção, Jefinho: algumas pessoas têm medo de ir ao CRAS. Queria entender com você, que tem esse contato quase diário com as pessoas nas redes sociais, se elas entendem o que é a busca ativa e se também têm esse receio. Como elas percebem a busca ativa?

Jefinho: Agora estão começando a entender o que de fato é a busca ativa, porque estão vendo o governo buscar quem realmente precisa. Alguns ainda têm medo, porque isso não acontecia antes; não tinham essa vivência, essa experiência. Claro que isso causa uma desconfiança num primeiro momento, mas o governo vem trabalhando muito bem para levar essa clareza aos beneficiários. Tanto que os dados mostram que a busca ativa vem de fato alcançando quem precisa do benefício e tirando quem não precisa. Há pessoas que deixam de receber porque não atualizam o cadastro — mas isso é outra coisa, é responsabilidade delas. Quanto ao direito de receber, o governo vem fazendo um excelente trabalho de buscar as pessoas que realmente têm direito.

E as pessoas estão sabendo disso: estão vendo que o governo está indo até elas, buscando as informações para registrar nos seus dados o que realmente precisam e orientá-las. Sabemos que o Cadastro Único ainda tem pontos a melhorar — eu conversava com o secretário sobre o atendimento: nem todas as cidades são iguais, há locais com mais dificuldades. Mas o governo vem trabalhando nisso. Inclusive, numa conversa que tive com o ministro, ele disse que a missão do MDS é fazer com que os CRAS tenham o melhor atendimento possível, para garantir o direito a quem realmente tem direito. E quem estiver assistindo saiba que o governo, de fato, está indo [atrás]. O pessoal sabe que eu falo a verdade: quando é para criticar, critico; quando é para falar a verdade, falo. O governo está, sim, indo atrás de quem precisa de todos os benefícios, e o Cadastro Único, como o secretário disse, é a porta de entrada. Então, mantenha-o atualizado, tudo certinho, e, se você tiver direito, saiba que vai receber. Não precisa entrar na Justiça se tiver direito: às vezes você passa um, dois anos na Justiça por algo que poderia resolver em meses com uma simples ida ao CRAS.

E, como o secretário disse, os funcionários do CRAS estão lá para orientar e acolher. Quero mandar um abraço para um colega, o Guilherme, de Garanhuns, que trabalha no CRAS. Ele me disse: "Jefferson, às vezes eu trabalho como psicólogo". Mas é muito bom, porque ele orienta e ajuda as pessoas que precisam. E é disso que as pessoas precisam: da transparência que o governo federal vem dando, pagando e garantindo aquilo que é direito delas. Uma coisa simples: ir ao CRAS e verificar a que você tem direito.

Rafael Osório: E, se você for ao CRAS e for mal atendido, se achar que não resolveram o seu problema, ligue para a Ouvidoria do MDS. Há vários canais para reclamar. A Ouvidoria recebe essas ligações, orienta você, faz relatórios e os envia para nós, e assim sabemos onde o atendimento não está bom. E o

que fazemos? Sentamos para conversar, porque sabemos que a realidade dos municípios é muito diferente: às vezes muda a gestão municipal, às vezes é difícil encontrar pessoal qualificado; há várias circunstâncias. Então fazemos apoio técnico aos municípios. Antes de vir para cá, abri uma reunião virtual com os coordenadores do Cadastro Único de todas as metrópoles e capitais brasileiras, para discutir questões técnicas, dar orientação e ouvir da ponta os problemas que estamos tendo, num processo de constante aprimoramento. Não existe sistema perfeito; sabemos disso. Temos de reconhecer que há pontos a melhorar, e estamos sempre atentos para fazer os aprimoramentos necessários. E contamos com a população avisando, reclamando, falando por todos os canais disponíveis.

Isadora Santos: Vamos botar na tela, então, o Disque Social 121, ligação gratuita de todo o Brasil, para quem quiser falar com a Ouvidoria do MDS. Bem lembrado, secretário; obrigada. É realmente um canal importantíssimo.

Mito ou verdade: as dúvidas mais frequentes sobre o Bolsa Família

Érica Braz: Agora vamos brincar — não precisa ser criança para brincar. Preparamos uma brincadeira para vocês dois. Como eu disse, quem conhece o canal do Jefinho sabe — e quem não conhece vai entender agora — que ele recebe muitas perguntas, não só de Pernambuco, mas do Brasil inteiro, não é, Jefinho? Inclusive daqui de Brasília. Muita gente perguntando e, às vezes, fazendo afirmações — reclamando de coisas que acha que são verdade. Vamos pedir ao secretário que diga se são verdade ou mentira, mas quem traz as afirmações é você. Preparamos três para começar; vou passar para você, estão com as setinhas aqui. A ideia é começar com essas três, mas você pode trazer outras que ouve do seu público. E, secretário, o senhor levanta a plaquinha bem alto, com muita altivez, e explica se a afirmação é mito ou verdade.

Rafael Osório: Está certo.

Jefinho: Vamos lá. Quero parabenizar, porque isso é muito importante para trazer a verdade às pessoas. Muita gente é enganada, principalmente na internet, e hoje a maioria das pessoas acompanha tudo pela internet. Como eu disse, a verdade liberta. Primeira: "Estar inscrito no Cadastro Único significa que a pessoa já vai receber o Bolsa Família ou ingressar em outros programas sociais".

Rafael Osório: Mito! Por quê? Porque primeiro você se inscreve no Cadastro Único, e depois os programas que usam o Cadastro Único fazem o seu próprio processo de concessão do benefício. No caso do Bolsa Família, você tem de estar no Cadastro Único e ter renda de até 218 reais [por pessoa]. Se mora sozinho, tem de ter assinado um termo de compromisso e enviado seu documento, para conferirmos se mora mesmo sozinho. Há uma série de requisitos. O Bolsa Família também tem fila. Por quê? Lembra que dissemos que, para dar a quem precisa, às vezes é preciso tirar quem não precisa mais? É isso. O orçamento do Bolsa Família não é infinito; é delimitado. Para pagar um benefício a alguém, preciso ter o recurso liberado. Então vamos fazendo a rotação.

E é assim em vários outros programas: eles verificam que a pessoa está no cadastro e checam se ela reúne todas as condições. Por exemplo, se você é um idoso de renda mais alta que se inscreve para emitir a Carteira da Pessoa Idosa, pode ter uma renda que não te habilita a receber nem o Bolsa Família nem o Benefício de Prestação Continuada, mas habilita a outro benefício. Você pode se inscrever no cadastro, mas não existe uma relação automática do tipo "me inscrevi no cadastro e recebo o Bolsa Família no mês seguinte". Não é assim que funciona.

Jefinho: Isso é importante, porque o senhor trouxe algo bem legal para as pessoas entenderem: cadastrando-se no Cadastro Único, você pode não ter direito a um benefício, mas ter direito a outro. Isso é de extrema importância. Outra: "A família que mudou de renda ou de endereço deve esperar a próxima convocação para atualizar o Cadastro Único?".

Rafael Osório: Não deve! Verdade [que não deve]. Você deve informar assim que a mudança acontecer, principalmente o endereço. O endereço é uma informação muito importante, é a informação de contato do Cadastro Único: se precisarmos contatar essa família, temos de ter como encontrá-la. E a renda também é muito importante atualizar, porque nós fiscalizamos. Agora, avançamos tecnologicamente: em alguns processos, se você conseguir um emprego, uma aposentadoria ou outro benefício de que o governo tenha conhecimento, nós mesmos colocamos essa informação para você — não para te cortar do programa, mas para facilitar a sua vida. Imagine que você conseguiu um emprego agora e está trabalhando 40 horas semanais; pode não ter tempo de ir ao CRAS. Então, na primeira vez, fazemos uma atualização automática para você. Mas, se sua renda diminuir, se você trocar de trabalho...

Jefinho: Se nascer ou falecer alguém da família.

Rafael Osório: Se nascer ou falecer alguém da família — outra informação muito importante, a composição familiar —, você tem de ir ao CRAS. Estamos tentando, Jefinho, melhorar a situação do cidadão nisso, para que ele precise ir menos ao CRAS.

Jefinho: Eu vi; ia comentar isso.

Rafael Osório: Mas há coisas que não podemos fazer [automaticamente], porque precisam ser verificadas. E há coisas que você já pode fazer hoje. Por exemplo, digamos que uma pessoa da sua família morreu, e ficamos sabendo porque isso apareceu em algum sistema. O que fazemos? Não "matamos" a pessoa imediatamente, não fazemos isso. Enviamos uma notificação ao município e à própria família pelo aplicativo do Cadastro Único, no seu celular, dizendo: "Vimos que esta pessoa pode ter falecido; você confirma?". Se o município ou a pessoa confirmar, fazemos a atualização na hora. Se ninguém disser que a pessoa está viva em 90 dias, consideramos que ela de fato faleceu. Mas temos de tomar esse cuidado porque o sistema erra. É muito raro, mas às vezes aparece uma pessoa indicada como morta que está viva, porque havia alguém com o nome igual ou houve algum erro de sistema. Então não fazemos isso sem cuidado.

E agora estamos trabalhando para fazer o mesmo quando a criança nasce. Queremos lançar isso até o fim do ano — é novidade, estou contando em primeira mão.

Érica Braz: Muito obrigada!

Rafael Osório: Queremos fazer isso quando a criança nasce, mas só nas situações em que temos certeza de que a criança é filha daquela mãe que já está no Cadastro Único. Por quê? Para que a família receba mais rápido o benefício da criança no Bolsa Família. Hoje, leva mais ou menos uns 90 dias depois do nascimento até a família ir ao CRAS dizer: "Nasceu uma criança, quero incluí-la na minha família no Cadastro Único". E vamos fazer isso quase instantaneamente. Se tudo der certo, lançamos no fim do ano.

Jefinho: Por isso também é importante fazer o acompanhamento pré-natal. Com o pré-natal, a mulher já facilita esse reconhecimento. É importantíssimo as mulheres fazerem o pré-natal, porque, quando a

criança nascer, como o senhor disse, o sistema já vai gerar automaticamente o Benefício Primeira Infância e também o benefício nutriz — os 50 reais para as mães que estão amamentando, até seis meses —, e os 150 para as crianças de 0 a 6 anos.

Rafael Osório: Exato. Vamos operar isso a partir da certidão de nascimento. São 58 reais [o benefício nutriz] — já com o reajuste.

Jefinho: E 173 [o Benefício Primeira Infância] a partir do mês de outubro.

Rafael Osório: Exato. E isso é importante, porque, quando olhamos a história dos benefícios do Bolsa Família, nunca tivemos benefícios para a criança, principalmente para a primeira infância, tão elevados quanto os de agora. É muito importante mesmo.

Jefinho: A terceira: "Quem começa a trabalhar com carteira assinada perde o Bolsa Família imediatamente?". Essa é uma dúvida tremenda.

Rafael Osório: Mito! O maior de todos. Não perde o Bolsa Família imediatamente; isso não acontece. Só vai acontecer se a pessoa tiver conseguido um emprego muito bom — tomara que consiga; aí fico até feliz de ela sair do Bolsa Família. Mas não é assim que funciona, porque temos uma série de regras que protegem a família que conseguiu um emprego formal, e muitas vezes as pessoas não as conhecem. Há no Bolsa Família a regra de proteção: o governo viu que você conseguiu emprego e sua renda subiu; se ela ficar abaixo de 706 reais por pessoa da família, você não sai do Bolsa Família, continua no programa, passa a receber metade do benefício e só sai de fato depois de um período — eram 12 meses, agora são 18 meses. Ampliamos de 12 para 18 meses para dar um tempo maior de proteção e garantir que a pessoa consolidou aquela posição no mercado de trabalho, que aquele emprego é para valer. Às vezes a pessoa está num emprego novo, não sabe se vai dar certo, não se dá bem com o patrão etc.

Jefinho: Ou é um emprego sazonal.

Rafael Osório: Exato, um emprego de pouco tempo, que nem vai aparecer. E há outra coisa que pouca gente sabe: quando olhamos a renda do trabalho no Cadastro Único, consideramos a renda do último mês ou a média dos últimos 12 meses, o que for menor. Por quê? Justamente para proteger a pessoa. Se ela estava desempregada havia muito tempo e consegue esse emprego, o novo salário entra primeiro dividido por 12, no mês seguinte por 11, e assim por diante. Leva 12 meses até a renda do trabalho chegar ao salário que ela está ganhando. E, depois disso, ela ainda tem mais um período de proteção. Tudo isso é feito para que as pessoas não tenham medo de ir para o emprego formal.

O emprego formal é a melhor coisa para a sua vida. Com ele, você pode ter aposentadoria por idade, por tempo de contribuição; depois de 12 meses de emprego formal, cumpre todas as carências e tem todos os direitos do INSS e o seguro-desemprego. Se — tomara que não aconteça — um ônibus passar por cima de você, você recebe o auxílio por incapacidade do INSS. Você tem uma proteção muito grande. As pessoas têm de ir para o emprego formal, e fazemos essas coisas para não desestimular essa ida. Daí também a volta garantida ao Bolsa Família. Não precisa ter medo de conseguir um emprego: conseguiu, comemore, vá lá, assine a carteira, conte para todo mundo. Você só vai perder o Bolsa Família quando não precisar mais.

Jefinho: Eu fico indignado quando alguém escreve nos comentários: "Beneficiário do Bolsa Família não quer trabalhar". Tenho o prazer de responder: "Espera aí. Se você for ver os dados, de onde vem a

maior parte das pessoas que conseguiram emprego? Do Bolsa Família". Os dados praticamente dizem isso: as pessoas do Bolsa Família estão conseguindo emprego, estão trabalhando, e isso está reduzindo o desemprego. Graças a Deus, estão conseguindo trabalhar, estão gostando e estão ficando. Tanto que, se você olhar quem está saindo do Bolsa Família, a maioria são pessoas que estão trabalhando. Saem do Bolsa Família — passando pela regra de proteção, claro —, mas estão trabalhando e seguindo o próprio caminho. Estabilizar-se no trabalho é dez mil vezes melhor, e com a garantia da volta caso seja demitido. Isso é excelente.

Rafael Osório: É. Agora, o que o pessoal tem de entender é que essa história de que as pessoas não trabalham por causa do Bolsa Família é conversa. A plaquinha de mito, por favor!

Érica Braz: Já foi desmentido: mito, mitão!

Rafael Osório: É lenda, porque isso não existe. O que estamos vendo hoje no Brasil é que às vezes passamos pelos lugares e vemos lojas contratando. Por quê? Porque a economia está aquecida, a taxa de desemprego está muito baixa e está faltando mão de obra. Entendemos que, para o empresário que quer contratar pagando salário mínimo, isso não é bom; mas, para a população, é muito bom, porque significa que, se você quiser contratar agora, vai ter de pagar mais, assumir um compromisso com o seu empregado, oferecer alguma vantagem. Não estamos mais naquele mundo com um exército de mão de obra disposto a trabalhar por qualquer coisa. Temos de viver neste novo período, em que as pessoas querem trabalho decente. A pessoa não quer trabalhar na escala 6x1, não quer acordar no sábado de manhã para trabalhar; todo mundo quer fim de semana. Eu fico em casa de bobeira no sábado de manhã; todo mundo deveria poder ter isso também. É um mundo novo, ao qual teremos de nos adaptar, e isso não tem nada a ver com o Bolsa Família — pelo contrário. No Bolsa Família, no Cadastro e nos outros programas do ministério, trabalhamos com a visão de que o bom para a pessoa é o emprego formal. E o povo do Bolsa Família gosta de trabalhar.

Jefinho: Gosta, eu vejo isso todos os dias. Até porque convido quem diz que essas pessoas não gostam de trabalhar a passar um mês com a renda só do Bolsa Família, para ver se consegue. Não consegue.

Érica Braz: Jefinho, há alguma outra afirmação que você recebe constantemente e quer trazer, que não tenhamos roteirizado?

Jefinho: Há uma dúvida tremenda que estão espalhando: que, com o reajuste do Bolsa Família — agora o mínimo é 691 reais —, vai haver também um 13º do Bolsa Família agora em dezembro. Seria verdade, secretário?

Rafael Osório: Mito! Esse aparece todo ano: chegou dezembro... O Bolsa Família não tem 13º, e não foi criado um 13º. O que o governo anunciou foi apenas um reajuste — não um aumento —, que recompõe o poder de compra da transferência, porque de 2023 a 2026 houve 15,04% de inflação. Então o benefício foi reajustado para recompor o poder de compra, como a lei autoriza. Mas não existe nenhuma lei criando o 13º do Bolsa Família. Isso não existe; é lenda urbana.

Jefinho: Inclusive, falei no canal que existe um projeto de lei sobre isso, parado desde 2025, se não me engano. Aí é outra história, algo que está tramitando no Congresso.

Rafael Osório: É outra coisa. Se passar uma lei alterando a lei do Bolsa Família e dizendo "agora vai ter 13º", tudo bem: quando a lei for promulgada, o MDS vai dar um jeito de pagar o 13º. Mas, por enquanto, não tem.

Jefinho: Por enquanto, não tem. É mito. Ligada a essa, outra coisa que estão espalhando na internet: que o reajuste do Bolsa Família para 691 reais seria só em 2026 e que, em 2027, depois da eleição, o valor voltaria para 600 reais.

Rafael Osório: Não, não, não. Mito! O reajuste é para valer. E posso garantir: eu estava no lançamento do reajuste, com o presidente Lula, o ministro Wellington Dias e o ministro do Planejamento, Bruno Moretti. Foi muito claro: foi feito o esforço, o reajuste é para valer e vai haver dinheiro no orçamento do ano que vem para mantê-lo. Serão 22 bilhões de reais a mais em 2027 para manter o reajuste do Bolsa Família. É compromisso do governo, é sério. Reajustado está e reajustado ficará até o próximo reajuste, que aumenta mais ainda. Porque há uma coisa, Jefinho, que você sabe, sendo da área do Direito: benefício no Brasil não pode ser reajustado para baixo. O benefício não diminui; para diminuí-lo, teria de passar uma lei no Congresso para acabar com o benefício. A lei do Bolsa Família é muito clara: o benefício pode ser reajustado, e está escrito "vedada sua redução". Ou seja, não pode ir para baixo.

Jefinho: Aí o pessoal fica mais tranquilo. Outra dúvida que todo mundo tem: os adicionais também tiveram o reajuste, acompanhando o piso médio do Bolsa Família?

Rafael Osório: Você diz os benefícios variáveis, que dependem de haver criança, gestante ou nutriz em casa? Sim, sim. Também foram reajustados; acompanharam. É verdade: todos os benefícios do Bolsa Família foram reajustados em 15,04%. Primeiro há o Benefício de Renda de Cidadania, que todas as pessoas recebem. Depois, completa-se até 600 reais [agora 691]. Nem todas as famílias recebem esse complemento, porque uma família de cinco pessoas, por exemplo, já passa desse valor só com o Benefício de Renda de Cidadania. E, depois disso — isso é importante, porque tem gente escrevendo coisa errada em jornal, por não saber que o programa mudou e ainda estar com a cabeça no programa de 2022 —... Em 2022, era assim: concediam-se todos os benefícios e depois completava-se até 600. Agora não é mais assim. Desde 2023, completa-se até 600 e só depois entram os benefícios das crianças. Então, você está ganhando 600, mas tem uma criança de 0 a 6 anos: vai ganhar mais 150...

Jefinho: 173.

Rafael Osório: 173, é verdade; temos de atualizar os valores. Mais 173. Se forem duas crianças...

Jefinho: 346.

Rafael Osório: Essa conta é difícil, mas acho que está certa. Então, você vai ganhando a mais, em cima do piso, conforme quantas crianças, gestantes e nutrizes há na sua casa naquele momento. Para muitas famílias, o valor é mais do que 691 reais.

Jefinho: Sobre a visita domiciliar, que muitas pessoas, por incrível que pareça, temem — mas que é uma busca ativa para ter ciência de que aquela pessoa realmente precisa do benefício: houve um acordo do ministério com a Justiça para que essa visita fosse suspensa — não acabou definitivamente — até julho de 2027. Foi suspensa de fato, ou acabou?

Rafael Osório: Vamos lá, que essa é complicada; vou explicar por partes. Primeiro: visita domiciliar não é o que fazemos no Cadastro Único. No Cadastro Único fazemos entrevista no domicílio, o cadastramento domiciliar. Por que essa diferença? Porque, na assistência social, existe a visita domiciliar, mas é outra coisa, não é a entrevista do cadastro. Então chamamos de entrevista no domicílio.

O que aconteceu? Temos uma lei que diz que essa entrevista é obrigatória para as pessoas que moram sozinhas, e começamos a implementá-la. Mas vimos que alguns municípios estavam com dificuldade de fazer essas entrevistas, e algumas pessoas estavam correndo o risco de ficar sem a entrevista — não porque não quisessem, mas porque o município não conseguiu. E, quando digo que o município não conseguiu, não quer dizer que o município seja malvado ou esteja errado; há várias circunstâncias que fazem com que isso não aconteça. A Defensoria Pública chamou a atenção do ministério; olhamos e vimos que, de fato, havia uma parte que não estava conseguindo, e que era melhor flexibilizar, para não corrermos o risco de alguém ficar sem benefício por não ter tido essa entrevista.

Mas a entrevista continua acontecendo, e os municípios estão se preparando, porque, a partir de julho de 2027, se você mora sozinho e não teve essa atualização cadastral no seu domicílio, terá problema na manutenção do benefício. Não queremos que ninguém passe por isso, então estamos nos estruturando para que ela seja feita. Até junho de 2027 [a transcrição registra "2026"], já que a exigência volta em julho de 2027, acontece o seguinte: o município continua com a obrigação e continua se esforçando para entrevistar a pessoa no domicílio. Mas, se a entrevista não vem e a pessoa teme que o Bolsa Família seja bloqueado, ela vai ao CRAS e faz a atualização lá. Orientamos que pode: mesmo quem tem a obrigação [da entrevista domiciliar] vai poder atualizar no CRAS, fica atualizado e não tem nenhum prejuízo no benefício. A ideia é ir aperfeiçoando isso para garantir que ninguém seja prejudicado — inclusive quando o município tenta fazer a entrevista e não encontra a pessoa, porque ela "sumiu", o que também acontece. Lembra aquela história de manter o endereço sempre atualizado? É mais importante ainda. Mas temos uma lei em vigor, que a partir de julho de 2027 vai começar a ser cumprida, e estamos nos preparando para isso.

Jefinho: E o importante dessa visita, secretário, é que ela serve de fato para ver quem realmente precisa do benefício. O que acontecia antes? A pessoa dizia: "Eu moro sozinha". Mas moravam ela, o marido e o filho. Aí o marido também se cadastrava: "Eu moro sozinho". E ficavam duas pessoas recebendo benefício na mesma residência. Não pode: está tirando o benefício de quem realmente precisa. Então essa atualização presencial, essa visita, é de suma importância para corrigir esses erros.

Rafael Osório: Isso. A ideia é irmos à casa da pessoa. Agora, é importante falar de novo da noção de acolhimento e de respeito. Recentemente, orientamos: a Constituição diz que ninguém entra na sua casa se você não convidar. Demos essa instrução, e isso até gerou confusão: disseram que o MDS estava inventando moda. Ficamos pensando: "Meu Deus do céu, isso está na Constituição, no artigo 5º".

Jefinho: Só se pode entrar com mandado: se o juiz mandar, ou em flagrante delito — e, mesmo assim, há horário.

Rafael Osório: Há horário. Então não pode, e a orientação é essa. Geralmente, o que acontece é que o cadastrador chega à casa da pessoa e é super bem recebido; a pessoa sabe que ele está ali para ajudar.

Jefinho: Com um bolinho, não é, secretário?

Rafael Osório: Exato: um cafezinho, um bolinho, se tiver.

Érica Braz: Em Minas, então, deve ser uma mesa inteira. E puxando para o Nordeste também: o povo lá é acolhedor.

Rafael Osório: É, o povo de lá é acolhedor. Mas a ideia é essa, porque circulam umas visões erradas por aí, como se fôssemos uma polícia da família. Não somos polícia da família. Vamos verificar as informações fornecidas. Contamos que a pessoa fale a verdade ao Cadastro Único — você não tem nada a perder falando a verdade, só a ganhar —, e nós verificamos. Agora, se você vai à casa da pessoa e ela não quer que você entre — às vezes tem vergonha da casa, porque é muito pobre, e não quer se expor —, não tem problema: você fica na varanda, no portão, conversa com a pessoa e vai conseguir ver. Tipo: "Poxa, você está me dizendo que mora sozinho, mas esta casa dá para várias pessoas morarem". Vamos trabalhando isso na conversa. É assim que as coisas têm de ser feitas; por isso fazemos entrevista.

A modernização do Cadastro Único

Isadora Santos: Maravilha! Pessoal, adorei esse jogo; aprendi muito com vocês. Fiquei sem piscar, só prestando atenção nas plaquinhas e nas perguntas. Agora trago uma pergunta para o secretário Rafael sobre a modernização do Cadastro Único. Como essa modernização ajuda os gestores e os assistentes sociais? E como impacta as famílias cadastradas?

Rafael Osório: Isso foi algo que fizemos nesta gestão, uma verdadeira revolução no Cadastro Único. As pessoas não têm muita dimensão do que aconteceu, porque o cidadão é atendido, mas não opera o Cadastro Único. Quem opera viu a transformação. Logo depois que lançamos, saíamos por aí e víamos as pessoas trabalhando e dizendo: "Que maravilha, o tempo de entrevista diminuiu, está muito melhor, o sistema é mais intuitivo". Ficou um sistema muito melhor.

A outra coisa revolucionária neste período é que, durante os 25 anos do cadastro, até 2023, tínhamos uma única fonte de dados: a entrevista. Agora estamos integrando dados que o governo já conhece — dados que iriam para o cadastro, mas que a pessoa teria de ir lá informar. Agora trazemos esse dado automaticamente. E queremos fazer isso cada vez mais, não para prejudicar o cidadão, mas para facilitar a vida dele, para que precise ir menos ao CRAS e para aliviar o atendimento na rede municipal. Por exemplo, uma das informações mais importantes a atualizar no cadastro é a renda. Se sei que você conseguiu um emprego, consigo atualizar a sua renda sem que você precise ir ao cadastro: fazemos uma atualização automática, por integração de dados.

Mas a outra [a redução de renda] você vai ter de ir lá [informar], porque também não quero que a pessoa fique quatro anos sem contato com a assistência social. Se sua renda cai, você tem de ir ao Cadastro Único buscar atendimento. Por quê? Porque, quando a renda da família cai, é sinal de que ela pode estar entrando de novo numa situação de pobreza e vulnerabilidade. Quero que ela tenha contato com o serviço, que vá à rede de assistência social, para as pessoas verem: "Esta pessoa pode ter voltado à pobreza. Do que ela está precisando? Como podemos ajudá-la? Quais serviços podemos oferecer?". E não só os da assistência: como podemos orientá-la a buscar outros serviços que podem ajudá-la. Por exemplo, o sistema de segurança alimentar e nutricional: "Você está com dificuldade? Talvez haja uma cozinha solidária perto. Olha, se você está com dificuldade para fazer suas refeições, há uma cozinha solidária no seu bairro". São essas as coisas que temos de fazer. Pensamos sempre a tecnologia a serviço do cidadão.

Há uma cobrança muito grande para fazermos tudo por aplicativo. Há uma onda agora de "tem de ser tudo pela internet, tudo por aplicativo, tudo por inteligência artificial".

Jefinho: Uma das perguntas foi justamente essa: "Jefinho, pergunte quando não vamos mais precisar ir ao CRAS, quando vamos poder fazer tudo pelo celular".

Rafael Osório: Não, não, não. Por quê? Porque há gente que gosta disso, e para essas pessoas estamos abrindo várias possibilidades de autoatendimento. Mas não podemos liberar geral. Só podemos aceitar que a pessoa insira informações que possamos conferir ou verificar, porque o ser humano é complicado. Tivemos um presidente da República, Floriano Peixoto, que tinha uma frase: confiava desconfiando. Acho essa frase muito boa. Temos de confiar desconfiando; precisa haver algum controle nisso tudo.

E a tecnologia gera muita exclusão. Muita gente do nosso público não sabe mexer direito no celular — porque é mais velha, porque não conhece —, às vezes não tem sinal de internet em casa, às vezes tem um telefone pré-pago cujo pacote de internet acaba. Por exemplo, a Carteira da Pessoa Idosa, de que falei antes: há um sistema on-line do ministério; você entra, coloca seu CPF e, se estiver no Cadastro Único, emite a carteira, sem precisar de nenhum contato. Mesmo assim, as pessoas vão ao CRAS pedir ajuda para imprimir a carteira, que é a coisa mais fácil do mundo. As pessoas têm dificuldade. Então não podemos fechar esses canais.

E há outra coisa que sempre digo, sobre o dado que coletamos no Cadastro Único, e que é muito importante: as famílias com as quais trabalhamos vivem na informalidade. Informalidade no arranjo de moradia — a pessoa mora numa casa que não é dela, pode não ter contrato, pode pagar um aluguel informal, ter uma posse precária. Informalidade nas relações familiares — a pessoa tem uma certidão de casamento com fulano, mas essa certidão é de 20 anos atrás, ela já se casou mais quatro vezes, já teve mais filhos, e aquela união não existe mais. Não podemos olhar para esse documento e achar que ela ainda está casada, porque ela vive num arranjo informal e pode nunca ter colocado a nova união no papel. E, principalmente, informalidade no emprego e na renda: essas pessoas trabalham informalmente e têm rendas informais, e isso não está em nenhum sistema.

Quando você pergunta à inteligência artificial no seu computador — ao ChatGPT: "ChatGPT, me diga quem é a pessoa mais bonita do planeta", e ele diz que é você, claro —, ele só pode responder o que encontra na internet, o que leu. E essas informações não existem em lugar nenhum. Nós as coletamos com a nossa entrevista, com o nosso entrevistador treinado. É essa entrevista qualificada, com pessoal treinado, com a "inteligência orgânica" dos nossos entrevistadores — que vão olho no olho, vão à casa da pessoa, entrem ou não, veem a situação, recebem a pessoa, conversam com ela, fazem a acolhida — que nos permite coletar essa informação. Porque, se você perguntar onde vou achar a informação do trabalho informal do seu João, não há onde. Tem de perguntar ao seu João, e tem de haver uma pessoa treinada para captar essa informação: "Ô, seu João, fala sério: o senhor está ganhando só isso? Eu estava fazendo um trabalho na casa da minha prima neste fim de semana...". Esse conhecimento local é algo que temos de valorizar.

Bolsa Família como trampolim: a história da barraquinha de churros

Érica Braz: Ô, Jefinho, antes de ligarmos a gravação, você contou a história de alguém...

Jefinho: Sim, de um "seu João".

Érica Braz: Conte para os nossos espectadores, por favor.

Jefinho: Um seguidor do canal entrou em contato dizendo: "Jefinho, muito obrigado por esclarecer várias coisas aqui. Quero contar um exemplo que aconteceu comigo". E eu disse: "Diga". "Comecei recebendo o Bolsa Família, investi o valor, fui juntando um pouquinho e comprei uma barraquinha de churros." Eu disse: "Poxa, que legal!". "Com o dinheiro da barraquinha e ainda com o Bolsa Família, fui juntando e comprei outra barraquinha." Hoje ele tem aproximadamente oito ou nove barraquinhas de churros. Já não vende mais churros; contratou pessoas para vender para ele. Perguntei: "Mas você ainda está recebendo o Bolsa Família?". "Não, não. Já fui ao CRAS e disse que minha renda estava maior — renda informal, não formal propriamente —, de aproximadamente 5 mil reais por mês, já tirando os custos."

Então, uma pessoa que saiu do Bolsa Família conseguiu sua própria renda, seu próprio investimento, e hoje tem uma pequena empresa. E, como o secretário disse, existem outros programas que podem até ajudar essa pessoa a crescer mais. Fiquei super feliz, porque vi que alguém que entrou no Bolsa Família saiu dele, conseguiu empregar outras pessoas e hoje serve de exemplo de que o Bolsa Família pode ser uma porta de entrada para outros e melhores ares, para que a pessoa tenha sua própria renda, e uma renda boa. E é isso que vejo que o governo federal quer: não quer que você sobreviva só do Bolsa Família; quer que ele seja uma porta de entrada para você sair dele e voar para outros ares, ter outras rendas e ficar como essa pessoa, com uma renda boa e empregando outras pessoas.

Eu, particularmente, vejo o Bolsa Família como uma ajuda — realmente ajuda as pessoas, é um dinheiro muito importante —, mas vejo-o como um trampolim: você recebe um benefício, o governo está te ajudando para que você vá para uma vida melhor. Parabenizo o senhor e o ministro Wellington Dias pelo excelente trabalho que vêm fazendo no Ministério do Desenvolvimento Social, no Bolsa Família, nos CRAS e em tudo mais. É um trabalho muito bonito. E é esse exemplo que me motiva e faz com que eu motive as pessoas a tomar esse rumo.

Rafael Osório: Vou te dizer, cara: há tantas histórias bacanas como essa que ficamos sabendo, e é isso que faz a gente gostar do trabalho no fim do dia, saber que fazemos essa diferença. Eu brinco com isso: ninguém quer entrar no Cadastro Único para estar no Cadastro Único. A pessoa quer o Bolsa Família, o Acredita, o Pé-de-Meia, o Dignidade Menstrual, a Carteira da Pessoa Idosa, o Luz para Todos, o Luz do Povo, o Gás do Povo — quer tudo isso. E nós dizemos: "Tudo bem, mas você começa entrando no Cadastro". Somos a porta de entrada disso tudo. Por isso é muito gratificante ouvir essas histórias.

Fizemos uma celebração dos 25 anos do Cadastro Único aqui em Brasília e trouxemos um secretário municipal de assistência social que foi beneficiário do Bolsa Família, esteve no Cadastro Único, saiu da pobreza, foi coordenador do Cadastro Único e do Bolsa Família e depois virou secretário municipal de assistência social. São histórias super bacanas. Na secretaria, hoje, tenho uma pessoa que contratamos neste ano, uma moça daqui de Brasília. Ela fez questão de ir me conhecer e me contou a história dela: "Cresci no CRAS, sou filha do Bolsa Família". Isso deixa a gente com os olhos cheios d'água, porque é realmente muito emocionante encontrar essas histórias.

Isadora Santos: São histórias inspiradoras, e espero que nos comentários do nosso vídeo apareçam ainda mais, para continuarmos conversando e vendo a evolução do nosso país.

O que fazer quando a renda muda

Isadora Santos: Já ouvimos bastante, numa resposta do secretário Rafael, sobre a regra de proteção do Bolsa Família, mas quero aprofundar um pouco esse tema, porque acho muito importante e há muitas

dúvidas. Secretário, quando a renda de uma família muda, qual é a orientação prática para os beneficiários do Bolsa Família? Ir ao CRAS? O que mais? Conte para nós.

Rafael Osório: Do ponto de vista do Cadastro Único, a única coisa que você precisa fazer é ir ao posto de atendimento do cadastro — o CRAS ou outro posto — e atualizar suas informações: "Estou aqui para atualizar minhas informações. Minha vida mudou". Depois disso, suas informações ficam atualizadas, e você não precisa fazer mais nada. Os programas recebem o dado do Cadastro Único, geralmente no mês seguinte ao da atualização, e tomam todas as providências. Você não precisa dizer "não quero mais o meu Bolsa Família". Se a sua renda aumentar, você vai perder o Bolsa Família — mas, de novo, só se sair da pobreza de verdade. E, como diz o nosso ministro — não sei se você já o ouviu dizer isso —, voltou para a pobreza, volta para o Cadastro Único [e para o benefício].

Jefinho: Exatamente. Existe um cálculo e uma automatização.

As dúvidas do público pelo Brasil e o combate à desinformação

Érica Braz: Vamos com calma. Jefinho, você já disse que recebe mensagens do Brasil inteiro. Queria entender se as dúvidas e as histórias que você recebe são diferentes por região ou se são mais ou menos parecidas.

Jefinho: A maioria é parecida. Só muda quando são os ribeirinhos: "Ah, Jefferson, é muito difícil, por exemplo, buscar o botijão de gás [do Gás do Povo] por causa da distância". Não sei se o ministro falou para o senhor, mas estão trabalhando para que o frete também seja incluído.

Rafael Osório: Ele já me falou isso.

Jefinho: Estão trabalhando para incluir isso. Mas recebo muitos elogios ao Bolsa Família, e agora, com o reajuste, que de fato estava precisando, o pessoal está muito grato, porque o poder de compra voltou. Sabemos que 600 reais de dois anos atrás não são os mesmos 600 reais de hoje. Quanto às dúvidas: quando não sei, converso com o Alisson lá no Ministério do Desenvolvimento Social — conversava também com [nome pouco claro na transcrição] — e tento resolver o problema da pessoa. Quando sei, respondo logo, com a lei. Mas as dúvidas mais frequentes são se a pessoa perde o Bolsa Família se conseguir um emprego e se o Bolsa Família vai acabar no ano que vem.

Rafael Osório: Tudo mito.

Jefinho: E, infelizmente, a internet traz informações erradas: pessoas buscando fama levando informações erradas. Não concordo com isso.

Érica Braz: Por isso quem ficou famoso foi você, que fala a verdade.

Jefinho: Eu estava até conversando com o secretário: respondo inclusive a ações judiciais por ter mostrado o rosto de pessoas que estavam espalhando mentiras. Ganhei duas, mas há outra ainda correndo na Justiça. Ganhei as duas porque de fato mostrei a verdade. Então, peço às pessoas que, primeiro, verifiquem os canais oficiais do governo. Esse é o fato. Não acredite nem no que eu estou dizendo: verifique lá. E depois, se achou algo complicado em outro meio, ligue para o 121: eles esclarecem tudo de forma tremenda. E os canais de contato do MDS não são só o 121: há agora o WhatsApp, o chat, o Telegram — vários meios pelos quais o Ministério do Desenvolvimento Social se comunica com as pessoas. Eu sou apenas uma ponte para levar a informação correta a essas pessoas.

Busco fazer isso até porque não dependo do canal da internet: trabalho na advocacia desde 2016 e também sou empresário — tenho uma loja de material de construção na cidade onde moro. Não vivo da internet. Minha meta é ajudar as pessoas que realmente precisam saber da informação verdadeira — o público do Bolsa Família, do BPC e de outros programas. Mas saibam que a informação está no Ministério do Desenvolvimento Social, nos canais de atendimento; eu só faço essa ponte, levando a informação para a galera. É isso que me move.

Rafael Osório: Obrigado. Se você vir algo estranho na internet sobre Cadastro Único ou Bolsa Família e não conseguir falar com o Jefinho, pergunte à Ouvidoria do MDS. É muito mais fácil.

Jefinho: Às vezes as pessoas esperam o meu vídeo para conferir, quando poderiam ligar para o 121. E digo isso tanto para denúncias quanto para tirar dúvidas: tudo isso se consegue pelo 121. Houve um caso agora com o Gás do Povo — conversei até com o Wallace [do MDS]. Muitas distribuidoras, quando a pessoa ia pegar o gás do programa, diziam: "Estou cobrando 15 reais a mais". Não pode. Eu disse: isso é crime; você não pode fazer isso. Se puder, filme, registre um boletim de ocorrência e denuncie no 121. Tire foto, pegue o nome do local e denuncie no 121. Fizeram a denúncia, e a distribuidora foi notificada por isso. Daí a importância de se comunicar com o próprio MDS para explicar o que está errado, o que está acontecendo, porque às vezes eu não posso resolver: a pessoa está aqui em Brasília, eu estou em Pernambuco; não posso ligar nem ir lá tentar resolver. Com uma simples ligação para o 121, o Ministério do Desenvolvimento Social consegue resolver.

Rafael Osório: Isso que você está falando é muito importante lembrar: você não precisa pagar nada para se inscrever no Cadastro Único, para ser atendido no CRAS, para pegar o seu botijão de gás ou para receber o seu Bolsa Família. Se alguém está cobrando alguma coisa, pode ter certeza de que é picareta. Fuja disso — ou faça como o Jefinho disse: registre tudo, documente e denuncie.

De volta à aldeia Bororó (vídeo)

Érica Braz: Agora faço um convite: vamos voltar à aldeia Bororó, em Mato Grosso do Sul? Vamos, Isa?

Isadora Santos: Bora!

Técnico indígena do CRAS (vídeo): É importante haver profissionais indígenas no território indígena, porque a leitura fica mais próxima da realidade. Por exemplo, quando vem um técnico não indígena fazer o Cadastro Único, sem conhecer a realidade, às vezes ele entende que num núcleo familiar existe só uma família. Um exemplo é uma família que acabamos de visitar, num território de retomada: aparentemente era uma família, mas, conversando, compreendemos que eram quatro chefes de família — portanto, quatro núcleos familiares, quatro NIS.

Usuárias do CRAS Indígena (vídeo): Para nós, faz muita diferença ter um CRAS, porque ajuda bastante gente, bastante [gente dos] povos indígenas. É útil para nós aqui. É muito bom, porque não temos muitas condições de ir para a cidade; então recorremos mais ao CRAS, e o CRAS ajuda bastante.

Homenagem aos cadastradores e mensagem final

Isadora Santos: Muito bem. Escolhemos esse vídeo só como um exemplo da importância do CRAS e também em homenagem a todos os agentes de cadastramento — os mais de 40 mil que o senhor

mencionou. É uma forma de dizer muito obrigada pelo trabalho deles, que é importantíssimo. Tudo o que falamos aqui depende de um cadastramento bem-feito, de qualidade, por pessoal treinado.

Érica Braz: Prestamos aqui nossa homenagem, não é, Isa, a esses colaboradores Brasil afora, neste Brasil tão gigantesco. O Jefinho os recebe virtualmente, e eles estão nas campainhas e nas portas. Secretário, para encerrar o *Tá na Mesa*, queria que o senhor deixasse uma mensagem ao público, Brasil afora, sobre o nosso Cadastro Único, a busca ativa, o Bolsa Família e todos esses programas ligados ao nosso tema central. Demos a este videocast o nome *Tá na Mesa* como celebração: está na mesa a comida, está na mesa a segurança alimentar, está na mesa a dignidade e os direitos humanos. Queria que o senhor finalizasse este episódio.

Rafael Osório: Está bom. Bem, gente, o Cadastro Único é uma peça muito importante em tudo isso de que você falou. Eu, particularmente, fico muito satisfeito por a vida ter me dado o presente de ser secretário do Cadastro Único num momento de tantas transformações. E o que quero dizer às pessoas é que não fazemos essas transformações porque queremos mudar o sistema ou porque precisamos fazer, e sim porque queremos atender melhor as pessoas. Realmente queremos atendê-las melhor. O Cadastro Único tem um lema: conhecer para incluir. É isso que fazemos. Queremos conhecer a população quando vamos à casa da pessoa, quando a recebemos no CRAS; queremos parar e ouvir. Há o formulário, há as questões que temos de perguntar, o que temos de dizer, mas queremos entender como é a vida daquela pessoa, para orientá-la e fazer políticas e programas para que um dia, talvez, não precisemos mais de Bolsa Família nem de Cadastro Único, porque o Brasil será um país rico e próspero.

Isso ainda está um pouco distante, infelizmente. Por enquanto, ainda vamos precisar do Cadastro Único, do Bolsa Família e de apoiar todas essas pessoas, porque o importante é não deixar ninguém para trás. Somos todos brasileiros; temos de ter solidariedade, pensar nas outras pessoas e sentir uma dor no coração quando vemos uma criança no sinal, quando passamos por uma favela, quando vemos pessoas morando em condições precárias. Temos de entender que somos parte daquilo, que essas pessoas vivem na sociedade conosco, que merecem, sim, ser ajudadas, e que precisamos trabalhar para que ninguém mais no Brasil viva nessas condições. É isso que fazemos.

Encerramento

Isadora Santos: Vimos hoje que a saída do Mapa da Fome é resultado de um conjunto de políticas públicas e ações que estão chegando às pessoas que mais precisam, mas que esse caminho começa muito antes de o benefício chegar. Conversamos sobre a identificação, o Cadastro Único, a busca ativa e a presença do Estado garantindo direitos em todos os territórios do Brasil.

Érica Braz: Jefinho, sua presença só não foi mais agradável porque você esqueceu o bolo de rolo pernambucano. Estamos falando de combate à fome; isso é inaceitável! Espero que, na próxima vinda, você traga uma das principais iguarias brasileiras — sou apaixonada por bolo de rolo. Mas, brincadeiras à parte, muito obrigada pela presença e por ter viajado até Brasília para esta gravação. Poderíamos ter feito virtualmente, mas foi muito bom recebê-lo presencialmente para falar de temas tão importantes.

Jefinho: Eu que agradeço — a todos vocês, ao secretário e à equipe do *Tá na Mesa*. Que as pessoas, como o secretário disse, possam um dia não precisar do Bolsa Família. Foi um prazer imenso estar aqui e vir de Pernambuco, da cidade do presidente Lula, até aqui. Foi muito bom.

Isadora Santos: Deixe seus canais todos, o seu Instagram também, por favor, para continuar nos ajudando com informações verdadeiras.

Jefinho: Está bem. Canal no YouTube: Dr. Jefinho, simples assim. Instagram: Dr. Jefinho. As outras redes sociais, TikTok e Kwai, também: Dr. Jefinho. É só procurar lá os meus vídeos.

Érica Braz: Muito bem, obrigada. Pessoal, muito obrigada. Muito obrigada pela presença, secretário; muito obrigada pela presença, Jefinho. E muito obrigada a todos que nos acompanharam até aqui. Curtam este vídeo, comentem, compartilhem. Há um QR Code na tela que leva às nossas redes sociais. Esta é uma série de seis episódios do *Tá na Mesa*, celebrando a saída do Brasil do Mapa da Fome e, como eu disse na abertura, contando a história por trás dessa conquista. Quem não assistiu aos episódios anteriores fica com o convite — e com o convite para voltar nas próximas semanas e conferir os próximos episódios. Esperamos vocês aqui. Um abraço a todos e até a próxima.

2. Resumo do episódio por tema

Síntese dos principais temas da conversa, com a posição de cada participante.

Objetivo do episódio

Érica Braz e Isadora Santos: O terceiro episódio da série discute como o poder público identifica as famílias que precisam de apoio e como faz as políticas chegarem até elas. A conversa reúne a visão da gestão (Rafael Osório, secretário responsável pelo Cadastro Único no MDS) e a de quem traduz as regras para o público nas redes sociais (o advogado e criador de conteúdo Jefinho).

O Cadastro Único: o que é e como funciona

Rafael Osório: Apresentou o Cadastro Único, que completa 25 anos, como "um censo que está na rua todo dia". São milhares de inscrições e atualizações diárias, feitas por mais de 40 mil entrevistadores em milhares de postos de atendimento, inclusive nos municípios mais remotos. O cadastro integra o Suas e é operado sobretudo pelos municípios, em parceria com estados e União. Seus dados alimentam mais de 140 processos de gestão de políticas no governo federal. Virou referência internacional: o MDS e a Dataprev recebem missões de países da América Latina e da África (Egito, Marrocos) interessados no modelo. O lema do cadastro é "conhecer para incluir".

Jefinho: Reforçou que o Cadastro Único é a porta de entrada não só para o Bolsa Família, mas para vários outros programas, como o de absorventes (Dignidade Menstrual). Estar cadastrado pode não garantir um benefício, mas garantir outro.

Povos indígenas e comunidades tradicionais

Rafael Osório: Explicou o cadastramento diferenciado, que adapta a entrevista a grupos com necessidades específicas. Em terras indígenas, por exemplo, o ideal é ter alguém que fale a língua. Em parceria com o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, o cadastro passará a reconhecer quase 30 grupos até o fim do ano.

Equipe e usuários do CRAS Indígena Bororó (vídeo): O primeiro CRAS indígena do país, inaugurado em 2007, atende a Reserva Indígena de Dourados (MS), com cerca de 25 mil habitantes, e as áreas de retomada. Os depoimentos mostram o Cadastro Único como porta de entrada para quase todas as demandas da aldeia, do Bolsa Família aos benefícios eventuais. Mostram também o PAA comprando a produção indígena (mandioca, milho, frutas) para distribuição local. Um técnico indígena destacou que profissionais indígenas leem melhor a realidade: numa família que parecia única, identificaram quatro núcleos familiares.

Busca ativa e vigilância socioassistencial

Rafael Osório: Definiu a busca ativa como a ida ao território para encontrar quem tem direito, mas não acessa os serviços por falta de informação. Ela é orientada pela vigilância socioassistencial, que cruza dados para identificar áreas com mais pobreza e vulnerabilidade. As pessoas encontradas são cadastradas por entrevista domiciliar ou encaminhadas ao posto e orientadas sobre todas as políticas a que podem ter acesso.

Jefinho: Disse que a busca ativa "vai à ponta da lança" e ajuda a vencer o medo que muitas pessoas têm de ir ao CRAS. Segundo ele, o público começa a entender que o governo está indo atrás de quem precisa. Defendeu a revisão cadastral, que retirou do programa pessoas sem direito (como familiares de policiais e vereadores) e abriu espaço para quem precisa. Ressalvou que há quem perca o benefício por não atualizar o cadastro.

O CRAS e o princípio do acolhimento

Rafael Osório: Destacou que a assistência social funciona pelo princípio do acolhimento. O CRAS oferece, além do cadastro, serviços como o de atendimento integral à família e o de convivência e fortalecimento de vínculos. Quem sai do Bolsa Família porque superou a pobreza pode voltar pelo CRAS, se precisar, sem precisar recorrer à Justiça. Em caso de mau atendimento, a Ouvidoria do MDS (Disque Social 121) recebe a reclamação e orienta o apoio técnico aos municípios. "Não existe sistema perfeito."

Jefinho: Afirmou que "o CRAS não é um bicho de sete cabeças" e que muitas questões levadas à Justiça se resolveriam em meses no CRAS. Reconheceu diferenças de qualidade no atendimento entre cidades e contou que o ministro lhe disse que melhorar o atendimento dos CRAS é a missão do MDS.

Mito ou verdade: regras do Bolsa Família

Jefinho: Trouxe as dúvidas mais frequentes do seu público para o secretário responder.

Rafael Osório: Respondeu a cada uma:

- Inscrição no Cadastro Único garante Bolsa Família? Mito. Cada programa tem regras próprias. No Bolsa Família, a renda deve ser de até 218 reais por pessoa; quem mora sozinho precisa assinar termo de compromisso; e há fila, porque o orçamento é limitado.
- Deve-se esperar convocação para atualizar renda ou endereço? Não: a atualização deve ser imediata. O endereço é essencial para o contato; nascimentos e óbitos devem ser informados no CRAS.
- Quem assina a carteira perde o Bolsa Família na hora? Mito, "o maior de todos". Pela regra de proteção, se a renda ficar abaixo de 706 reais por pessoa, a família recebe metade do benefício por até 18 meses (antes eram 12). A renda do trabalho é calculada pelo menor valor entre o último mês e a média de 12 meses, o que a faz subir gradualmente. Quem perde o emprego volta ao programa.
- Beneficiário do Bolsa Família não quer trabalhar? "Mitão, lenda". Faltam trabalhadores porque o desemprego está baixo e as pessoas buscam trabalho decente, sem escala 6x1.
- Haverá 13º do Bolsa Família? Mito. Não existe lei que o crie; há apenas um projeto de lei parado no Congresso.
- O piso de 691 reais voltará a 600 em 2027? Mito. O reajuste de 15,04% recompõe a inflação de 2023 a 2026, terá 22 bilhões de reais garantidos no orçamento de 2027, e a lei veda reduzir o benefício.
- Os benefícios adicionais foram reajustados? Verdade. Todos subiram 15,04% (Primeira Infância para 173 reais; nutriz para 58 reais). Desde 2023, o complemento até o piso é pago antes dos adicionais por criança, gestante e nutriz.

Jefinho: Disse que fica indignado com o discurso de que beneficiários não querem trabalhar. Segundo ele, os dados mostram que o público do Bolsa Família é o que mais consegue emprego, e quem duvida deveria tentar viver um mês só com o benefício. Destacou o pré-natal como forma de agilizar o acesso aos benefícios da criança.

Entrevista domiciliar para quem mora sozinho

Jefinho: Perguntou sobre a suspensão da "visita domiciliar" e defendeu sua importância para coibir fraudes, como casais que se declaram unipessoais para receber dois benefícios.

Rafael Osório: Diferenciou a visita domiciliar da assistência social da entrevista no domicílio do Cadastro Único, obrigatória por lei para quem mora sozinho. Por dificuldades de alguns municípios e a pedido da Defensoria Pública, a exigência foi flexibilizada e voltará a ser cobrada em julho de 2027. Até lá, quem não for entrevistado em casa pode atualizar o cadastro no CRAS sem prejuízo. Lembrou que, pela Constituição, ninguém entra numa casa sem convite e que o cadastrador pode conversar na varanda ou no portão. "Não somos polícia da família."

Modernização e limites da tecnologia

Rafael Osório: Descreveu uma "revolução" no Cadastro Único nesta gestão. O sistema ficou mais rápido e intuitivo e, pela primeira vez em 25 anos, integra dados de outras bases. Isso permite atualizar automaticamente a renda de quem consegue emprego. Avisos de óbito são confirmados pela família ou pelo município antes de qualquer mudança (90 dias), e a inclusão automática de recém-nascidos a partir da certidão de nascimento está prevista para o fim do ano. Quedas de renda, porém, exigem ida ao CRAS, porque sinalizam risco de pobreza e permitem encaminhar a família a outros serviços, como as cozinhas solidárias. Rejeitou fazer "tudo por aplicativo": a tecnologia gera exclusão, e é preciso "confiar desconfiando". Lembrou ainda que o público vive na informalidade (moradia, arranjos familiares e renda), que nenhuma base de dados nem a inteligência artificial captam. Só a entrevista qualificada, com a "inteligência orgânica" dos entrevistadores, registra essa realidade.

Jefinho: Relatou que o público pergunta quando poderá fazer tudo pelo celular, sem ir ao CRAS.

Bolsa Família como porta de saída da pobreza

Jefinho: Contou a história de um seguidor que, com o Bolsa Família, comprou uma barraquinha de churros. Hoje ele tem oito ou nove, emprega outras pessoas, ganha cerca de 5 mil reais por mês e saiu do programa por iniciativa própria. Para Jefinho, o Bolsa Família é "um trampolim" para uma vida melhor.

Rafael Osório: Lembrou que "ninguém quer entrar no Cadastro Único para estar no Cadastro Único". As pessoas querem os programas: Bolsa Família, Acredita, Pé-de-Meia, Dignidade Menstrual, Carteira da Pessoa Idosa, Luz do Povo, Gás do Povo. Citou casos de ex-beneficiários que viraram secretário municipal de assistência social e servidora do MDS ("cresci no CRAS, sou filha do Bolsa Família"). Explicou que, quando a renda muda, basta atualizar o cadastro: os programas fazem os ajustes no mês seguinte, e quem volta à pobreza volta ao programa.

Desinformação, canais oficiais e denúncias

Jefinho: Disse que as dúvidas são parecidas em todo o país. A exceção são as comunidades ribeirinhas, que têm dificuldade de buscar o botijão do Gás do Povo; segundo ele, o MDS estuda incluir o frete. As dúvidas mais comuns são perder o benefício ao conseguir emprego e o suposto fim do programa. Criticou quem espalha mentiras em busca de fama e contou que responde a processos por expor desinformadores (ganhou dois). Recomendou checar os canais oficiais do MDS (121, WhatsApp, chat, Telegram). Relatou o caso de distribuidoras que cobravam 15 reais a mais pelo Gás do Povo e foram notificadas depois de denúncias ao 121.

Rafael Osório: Reforçou que nenhum serviço é cobrado: inscrição no cadastro, atendimento no CRAS, gás e Bolsa Família são gratuitos. Quem cobra "é picareta" e deve ser denunciado.

Mensagem final

Rafael Osório: Afirmou que as mudanças no Cadastro Único buscam "atender melhor as pessoas", conhecendo sua vida para incluí-las. Desejou que um dia o país não precise mais de Bolsa Família nem de Cadastro Único, mas disse que isso ainda está distante. Até lá, o importante é "não deixar ninguém para trás", com solidariedade diante de quem vive em condições precárias.

Érica Braz e Isadora Santos: Homenagearam os mais de 40 mil entrevistadores do Cadastro Único e concluíram que a saída do Mapa da Fome começa "muito antes de o benefício chegar": na identificação, no cadastro e na busca ativa.